

A CRESCENTE IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DAS PEQUENAS EMPRESAS NO BRASIL A PARTIR DA REESTRUTURAÇÃO INDUSTRIAL

ARTIGO

Romeu e Silva Neto

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica - Professor M.Sc. Doutorando UENF. Rua Dr. Siqueira, No. 273, Campos - RJ. CEP: 28.030-130. E-mail: rsnet@cefetcampos.br

Resumo

A partir da década de 70, os conceitos de Taylor e Ford, que contaminaram toda a indústria e o consumo mundiais com uma euforia que perdurou absoluta por cerca de cinquenta anos, deixaram de ser capazes de atender às novas exigências do mercado. Fez-se necessário surgir um novo modelo de desenvolvimento que atendesse a estas novas exigências. Dentre estas, destaca-se a flexibilidade das empresas, que passou a ser exigida pelos clientes através da variedade, personalização ou inovação de produtos, ou através de prazos menores, ritmo de produção, etc. Estas exigências priorizaram uma reestruturação produtiva e organizacional das empresas dos diversos países. No Brasil, esta reestruturação também foi necessária, só que uma década mais tarde. As empresas nacionais conseguiram se adaptar às novas exigências do mercado, mas sua reestruturação provocou impactos diretos e profundos no emprego e na produtividade. Dentre estes impactos, destaca-se a crescente participação das pequenas empresas na economia brasileira.

1 Introdução

Após a 1ª Guerra Mundial, nos anos 20, generalizou-se nos Estados Unidos e, parcialmente na Europa, um modo revolucionário de organização do trabalho, o *taylorismo*. Tratava-se de tirar dos operários o “*saber fazer*” para sistematizá-lo através dos métodos da organização científica do trabalho. A incorporação deste conhecimento sistematizado ao sistema automático de máquinas, que passou a ditar o ritmo de trabalho aos operários, constituiu a vertente produtiva do *fordismo* (LIPIETZ, 1988).

No modelo *fordista* de desenvolvimento

econômico, destaca-se a fabricação em massa de produtos padronizados em busca de economias de escala. Este modelo garantiu as altas e estáveis taxas de crescimento das economias desenvolvidas - dos países da OECD - Organisation for Economic Cooperation and Development - por cerca de 20 anos após a 2ª Guerra Mundial. É a chamada fase áurea da acumulação intensiva de capital.

Entretanto, a partir de meados da década de 60, começa-se a perceber nestes países uma queda da produtividade das empresas e uma desaceleração do crescimento do produto

manufatureiro, que provocam um avanço geral e contínuo do desemprego. No início dos anos 70, com a consolidação dos sintomas da crise, começam a surgir os questionamentos sobre o *fordismo* e, mais especificamente, sobre as economias de escala.

Neste novo cenário mundial inicia-se, então, um novo modelo - *pós-fordista* - de desenvolvimento. Esta nova forma de organização industrial aparece com diversos nomes na literatura internacional - *neo-fordismo* ou *pós-fordismo* para a escola de regulação francesa, *especialização flexível* para PIORE e SABEL (1984) *produção enxuta* para WOMACK (1992) dentre outros nomes - mas todos tratam do mesmo fenômeno. Todos destacam a existência de vantagens econômicas na utilização efetiva de inovações tecnológicas nos produtos, nos processos e na organização das empresas.

Neste novo modelo de desenvolvimento, a flexibilidade passou a ser exigida pelos clientes através da variedade, personalização ou inovação de produtos, ou através de prazos menores, ritmo de produção etc. Cada cliente passou a poder exigir uma habilidade, ou todas simultaneamente, de uma determinada indústria. Assim, esta característica passou a se apresentar como fundamental para qualquer empresa que desejasse obter algum tipo de vantagem competitiva no mercado.

Neste novo cenário, começaram a ser questionados os rumos da trajetória fordista do progresso tecnológico. Surgiram as tendências para as formas mais flexíveis de produção, com as empresas buscando uma maior capacidade de adaptação de sua oferta à diferenciação e fragmentação da demanda e uma maior capacidade de oferecer produtos com qualidade. Para tanto, as empresas passaram a necessitar de uma organização técnica e gerencial muito mais eficiente, buscando operar todas as fases do processo econômico numa unidade de tempo real através da informática.

Na base tecnológica deste novo modelo de desenvolvimento, sai o petróleo e entra a microeletrônica. Os setores motrizes passam a ser a microeletrônica, os novos materiais, a biotecnologia e a indústria aeronáutica. A infraestrutura necessária ao novo modelo de desenvolvimento passa a ser as telecomunicações,

os centros de inovação e desenvolvimento empresarial, os institutos tecnológicos e os parques tecnológicos.

O tipo ideal de organização deixou de ser a grande empresa com sua rígida separação e hierarquização das funções. O ideal de organização deixou de ser o tamanho e passou a ser a capacidade de adaptação aos mercados instáveis. Assim, a terceirização passou a ser utilizada como um instrumento para a busca da flexibilidade.

Esta busca da flexibilidade pelas empresas teve efeitos diretos no emprego, que perdeu qualidade e passou a ser mais instável, uma vez que as grandes empresas passaram a utilizar a subcontratação de pequenas empresas. O perfil exigido do trabalhador, por sua vez mudou. Um maior nível de qualificação passou a ser exigido dos trabalhadores e a polivalência passou a ser requerida para a operação dos equipamentos flexíveis e para a participação em trabalhos temporários.

Estas transformações econômicas e sociais provocadas pelo novo paradigma produtivo passaram a exigir das empresas uma reestruturação de seu sistema produtivo e organizacional. As grandes empresas começaram um ajuste no sentido de recuperar as taxas de crescimento da produtividade.

2 A Reestruturação Industrial no Brasil

O cenário social e econômico da indústria brasileira também mudou na mesma direção. Mas, começou a mudar um pouco mais tarde em relação aos países industrializados, mais especificamente, a partir de meados dos anos 80, quando as empresas começaram a perceber a necessidade de conquistar mercados externos, em virtude de expectativas pessimistas em relação ao crescimento do mercado interno. Estas empresas então, começaram a perceber a necessidade de uma reorganização do processo produtivo no sentido de fabricar produtos de melhor qualidade. Muitas empresas almejavam e conseguiram a certificação ISO 9000 e, em conseqüência disto, passaram a atingir mercados de outros países.

Entretanto, o fator decisivo para a reorganização das empresas brasileiras só aconteceu no primeiro triênio dos anos 90, com a

abertura comercial, quando a indústria nacional foi submetida a uma crescente exposição ao ambiente competitivo internacional.

A partir dos anos 90, além da retração do mercado interno e do processo de abertura comercial, a privatização das empresas estatais e, mais recentemente, a estabilização dos preços em virtude do Plano Real, vêm aumentando significativamente o grau de concorrência da economia, forçando as empresas a perseguirem padrões de eficiência e competitividade até então explorados apenas pelos segmentos mais integrados ao comércio internacional. Foi nesta época que as empresas brasileiras começaram a sentir, de forma mais explícita, os efeitos do novo paradigma industrial, percebendo a necessidade urgente de fazer reestruturações organizacionais e produtivas.

Em virtude destas pressões, têm-se observado profundas mudanças na organização produtiva das empresas e, por conseguinte, na estrutura de emprego da economia brasileira, no padrão de remunerações, no perfil da demanda por mão-de-obra etc. Tal tendência, à semelhança do ocorrido, em maior ou menor escala nos países industrializados, aponta para

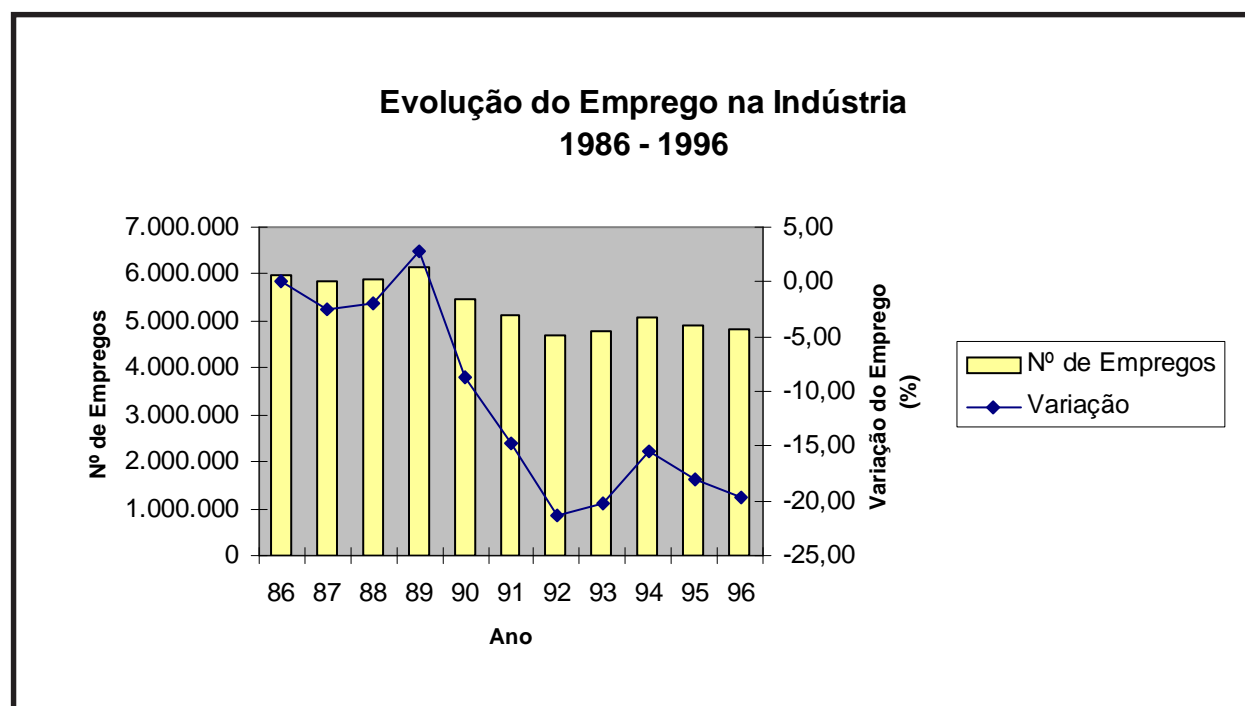
uma situação de desemprego estrutural no setor industrial, cujas conseqüências são objeto de crescente preocupação nos planos nacional e internacional.

3 As conseqüências da Reestruturação das Empresas Brasileiras – o Impacto no Emprego e na Produtividade

As transformações por que vêm passando as empresas industriais brasileiras através da reestruturação organizacional e produtiva, vêm provocando uma profunda redução nos níveis de emprego do setor. Segundo REIS (1997) de 1989 a 1996 houve uma queda de 33,9% do emprego na indústria.

Este trabalho consegue ratificar a afirmação de REIS (1997), utilizando outra fonte de dados, o RAIS - Relatório Anual de Informações Sociais, de 1986 a 1996, disponível em CD. A partir desta fonte, este trabalho conseguiu identificar uma queda de cerca de 20% no emprego da indústria de transformação no período de 1986 a 1996. (ver Figura 1, a seguir)

FIGURA 1: EVOLUÇÃO DO EMPREGO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO (1986 A 1996)



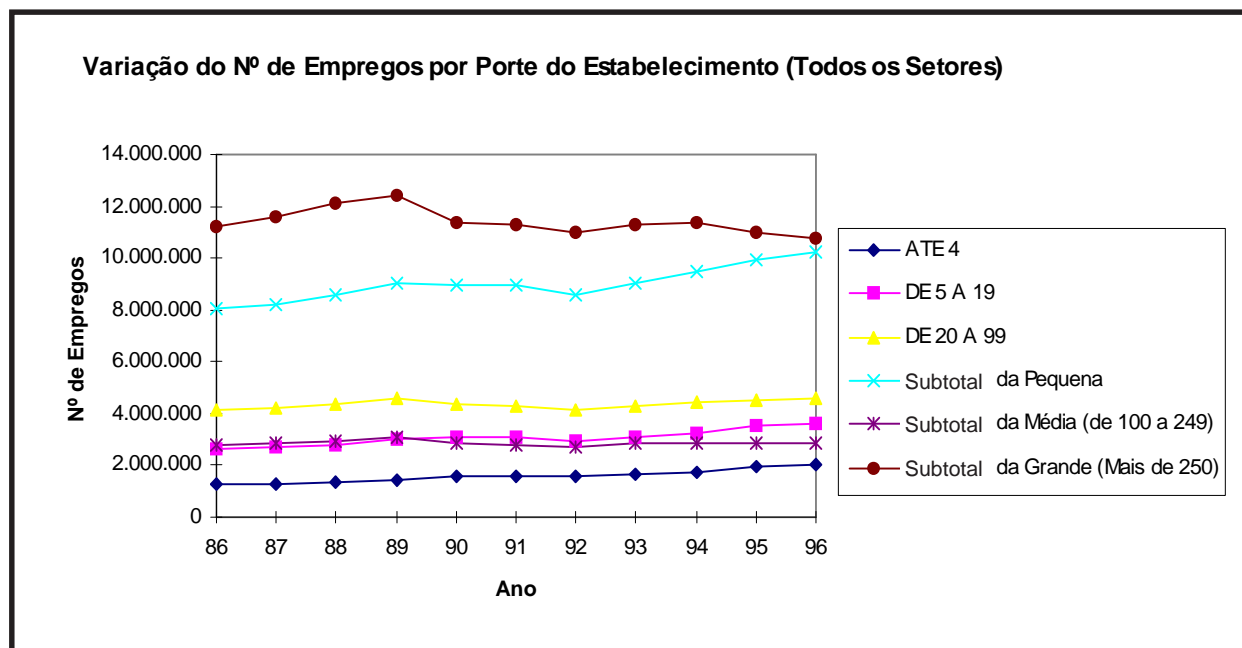
Fonte: RAIS (1986 a 1996)

Além do desemprego, outros impactos sobre o mercado de trabalho também foram sentidos com a reestruturação industrial brasileira: a redução do grau de formalização no mercado de trabalho, com redução de assalariados com carteira assinada - de 53,69 % em 1989 para 46,64% em 1996; e o aumento da participação do setor de serviços do comércio no total de empregos da economia.

Outra consequência da reestruturação das empresas brasileiras foi, justamente, a *transferência do emprego para as empresas de menor porte*. Esta afirmação pode ser confirmada por este trabalho, para todos os setores tomados conjuntamente, como para cada setor - indústria, serviços e comércio - tomado individualmente.

Conforme pode-se notar na Figura 2, abaixo, a linha do subtotal das grandes empresas, tomando-se todos os setores conjuntamente, vem decrescendo desde 1989, época em que os grandes grupos econômicos brasileiros começaram a pôr em prática a reestruturação organizacional e produtiva necessária para a garantia de sua sobrevivência no novo paradigma da especialização flexível. Em contrapartida, observa-se o acíve da linha do subtotal das pequenas empresas, que pode ser resultado, em parte do processo de terceirização das grandes empresas. O extrato das pequenas empresas que apresenta maior ascensão é o das empresas com 5 a 19 empregados. A linha do sub-total das médias empresas permanece no mesmo nível ao longo do período em análise.

FIGURA 2: A VARIAÇÃO DO N.º DE EMPREGOS POR PORTE DO ESTABELECIMENTO (TODOS OS SETORES)



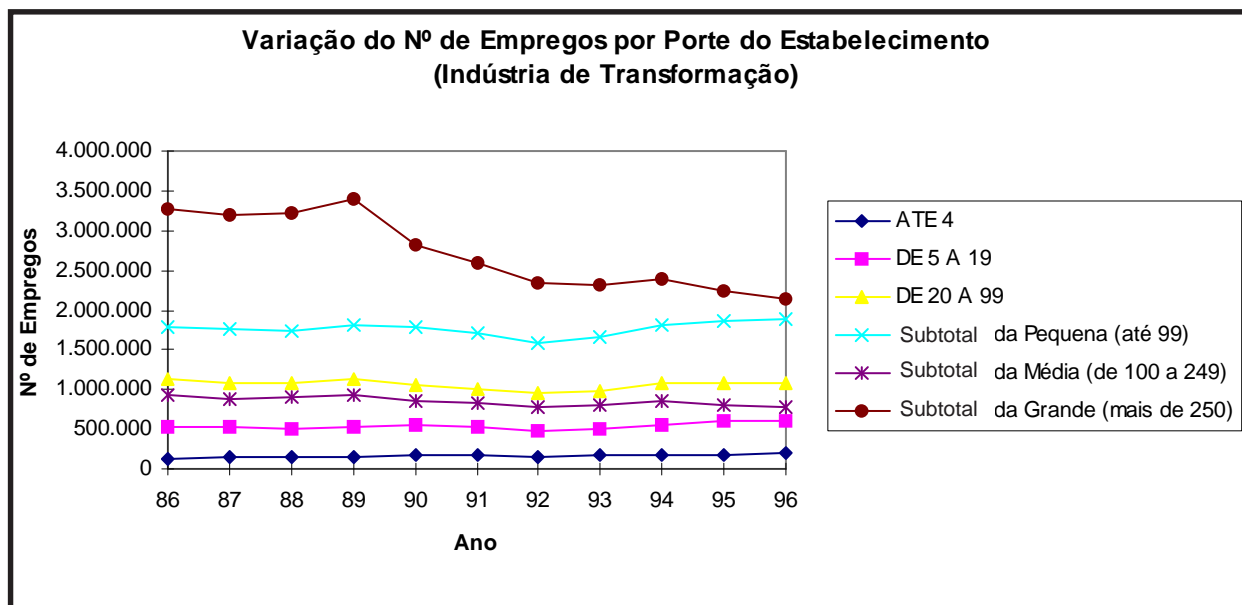
Fonte: RAIS (de 1986 a 1996)

O fenômeno da crescente participação das pequenas empresas no emprego, também pode ser observado para cada um dos setores econômicos tomados individualmente.

No segmento industrial, especificamente, a Figura 3 permite concluir que os grandes estabelecimentos vêm exterminando postos de trabalho que as pequenas indústrias, apesar do

leve acíve na oferta de empregos, não conseguem absorver totalmente. As médias indústrias, por sua vez, mantêm estável a sua oferta de emprego. Como resultado destas variações, tem-se o desemprego industrial, já comentado anteriormente, e a migração de trabalhadores para os setores de serviço e comércio.

FIGURA 3: A VARIAÇÃO DO N.º DE EMPREGOS POR PORTE DO ESTABELECIMENTO (INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO)



Fonte: RAIS (de 1986 a 1996)

O que se pode destacar a partir destes gráficos, além do desemprego, é que houve uma mudança do emprego da indústria para os setores de serviços e do comércio no Brasil. Além disso, o emprego saiu das grandes empresas em direção às pequenas, tanto para todos os setores tomados conjuntamente como para cada um tomado isoladamente. Ou seja, as pequenas empresas, nesta transição da década de 80 para a de 90, passaram a ser os grandes absorvedores de mão-de-obra também no Brasil.

A transferência do emprego da indústria para o setor de serviços e do comércio, no entanto, está associada a uma queda na qualidade do emprego, uma vez que as empresas que absorvem as atividades terceirizadas são normalmente de menor porte, têm maior rotatividade e menor interesse no treinamento e qualificação do empregado.

TEIXEIRA (1996) classifica o desemprego crescente como *um avanço do capital sobre a produção* e o credita ao ajuste neoliberal promovido pelo governo, caracterizado principalmente, pela política industrial centrada na abertura comercial, na privatização, na desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas e na austeridade dos gastos públicos. De forma complementar as figuras apresentadas,

TEIXEIRA acrescenta dados que ratificam os apresentados acima, embora numa região específica - o ABC paulista - berço do sindicalismo brasileiro. Nesta região, no período de 1990 a 1995, 58 mil metalúrgicos perderam o emprego e 400 fábricas desapareceram. Outro fato de destaque nesta região foi a mudança do emprego na indústria para o comércio e para o setor de serviços. Em agosto de 1990, a indústria tinha 51% do emprego, enquanto o comércio tinha 12,5% e os serviços, 36%. Em setembro de 1995, as indústrias empregavam apenas 32% dos trabalhadores, contra 18,5% do comércio e 49% do setor de serviços.

Com relação a este avanço do capital sobre a produção, o autor acrescenta ainda outra consequência da reestruturação das empresas - o enfraquecimento dos sindicatos no Brasil. Em 1987, a base do sindicato no ABC era formada por 202.853 trabalhadores e, em 1995, o total passou a ser de 143.241 trabalhadores.

Por outro lado, apesar dos reflexos negativos sobre o emprego, a reestruturação resultou num aumento da produtividade na indústria, pelo menos na relação *quantum produzido/emprego* (REIS, 1997).

Este aumento de produtividade, por sua vez, traz inúmeros benefícios para a sociedade

brasileira: criação de novas oportunidades de negócios, aumento da competitividade dos produtos brasileiros no mercado exterior, geração de empregos indiretos, melhoria da qualidade e redução do preço de produtos brasileiros.

4 Conclusões

Diversas foram as mudanças ocorridas, primeiramente, no cenário econômico e social dos países desenvolvidos e, posteriormente nos chamados NPI's - Novos Países Industrializados, dentre os quais se encontra o Brasil. Nestas mudanças, observou-se que a demanda modificou o afinamento do gosto dos consumidores, tanto para produtos como para serviços. A estrutura de custos das grandes empresas tornou-se muito rígida, sobretudo com relação a custos de mão-de-obra e relações industriais. As mudanças tecnológicas, especialmente o desenvolvimento da micro-eletrônica e das telecomunicações, eliminaram as desvantagens das pequenas empresas em termos de custos de produção. Uma nova geração de bens de capital "flexíveis" adaptou-se melhor à estratégia da pequena empresa, ao dar preferência a menores quantidades de produtos especializados, sob medida. Além disso, as atividades de pesquisa e desenvolvimento foram deixando as grandes empresas e passando para a esfera da universidade e dos governos. Assim, pesquisa e desenvolvimento passaram a ser bem público acessível, chegando portanto, por seu menor custo, às pequenas empresas e aumentando sua competitividade.

Estes fatores tornaram os bens especializados e as técnicas flexíveis mais atraentes que a produção em massa, obrigando as empresas dos países desenvolvidos e dos NPI's a passarem por uma profunda reestruturação produtiva organizacional.

Esta reestruturação provocou impactos diretos no emprego e na produtividade das empresas. Com relação ao emprego, observou-se que ocorreu uma migração de trabalhadores da indústria para o setor de serviços e da grande empresa para a pequena, provocando uma redução do nível de qualidade e da formalização do emprego. Com relação à produtividade,

observou-se um aumento da produtividade na indústria, pelo menos na relação *quantum produzido/emprego*, que trouxe benefícios dentre os quais destacam-se o aumento da competitividade e da qualidade dos produtos nacionais e a redução dos custos de produção.

Entretanto, este trabalho tem a intenção de salientar também que, mesmo que tenham surgido benefícios advindos com o aumento da produtividade das empresas nacionais, torna-se imperativa a adoção urgente de medidas que estimulem a criação de bons empregos no país, visto que a projeção para investimentos no setor industrial nos anos seguintes não é muito otimista no que diz respeito à geração de novos empregos.

Estas medidas devem estar relacionadas com o crescimento econômico sustentado no país. Em uma economia estagnada, haverá sempre menor oferta de postos de trabalho. Para tanto, é fundamental a criação de um ambiente favorável ao aumento da *competitividade* das empresas nacionais, uma vez que o crescimento econômico brasileiro é função direta do desempenho destas empresas. Faz-se necessária uma atenção especial às pequenas empresas, uma vez que poucas são as que estão realmente passando por reestruturações que lhes permitam sobreviver no novo paradigma produtivo. Além disso, tem-se observado que são as pequenas empresas que estão recebendo os trabalhadores dispensados das grandes empresas em seu processo de reestruturação.

5 Referências Bibliográficas

- [1]ALBUQUERQUE, F. Desarrollo Economico Local y Distribuition del Progreso Tecnico: Una respuesta a las exigencias del ajuste estrutural. ILPES - Instituto Latinoamericano e del Caribe de Planificación Economica e Social, 1996.
- [2]CNI - Confederação Nacional da Indústria. *Emprego na Indústria: evolução recente e uma agenda de mudanças*. Rio de Janeiro: CNI, Conselho de Política Industrial e Desenvolvimento Tecnológico, 1997. 33p.

- [3]COUTINHO, L., FERRAZ, J. C. *Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira*. IE - Unicamp. IEI – UFRJ, FUNCEX, Fund. Dom Cabral, 1993.
- [4]ESSER, K. et al. *Competitividad Sistémica: Competitividad internacional de las empresas y políticas requeridas*. IAD - Instituto Aleman de Desarrollo, 1997.
- [5]GALVÃO, C. A. *Transformação Produtiva com Equidade: O papel da pequena empresa no processo de transformação produtiva com equidade - Emprego e Desenvolvimento Regional*. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1995.
- [6]GONÇALVES, C. E. N. *A Pequena e Média Empresa na Estrutura Industrial Brasileira (1949 - 1970)*. Tese (Doutorado) Unicamp - Campinas - SP, 1976.
- [7]IBGE. *Microempresas no Brasil - 1995 Análise de Resultados*. Rio de Janeiro : IBGE, 1995.
- [8]IIDA, I. *Pequena e Média Empresa no Japão*. 2a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- [9]LIPIETZ, A. *Miragens e Milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo*. São Paulo: Nobel, 1988.
- [10]MORITA, A. *Made in Japan*. São Paulo: Livraria Cultura Editora, 1986.
- [11]OECD - Organisation for Economic Co-operation and Development. *Small and Medium - sized Enterprises: Technology and Competitiveness*. Geneva : OECD, 1993
- [12]OECD - Organisation for Economic Co-operation and Development. *Small firms and development in Latin America*. Geneva : OECD, 1993
- [13]PERES, W. *Grandes Empresas y Grupos Industriales Latinoamericanos - Expansão y desafios en la era de la apertura y la globalizacion*. 1998/Disponível: <http://www.cepal.org> [capturado em 16/nov. 1998]
- [14]PIORE, M. J., SABEL, C. F. *The Second Industrial Divide: Possibilities for Prosperity*. New York: Basic Books, 1984.
- [15]PORTER, M. E. *A Vantagem Competitiva das Nações*. Rio de Janeiro: Campus, 1993.
- [16]PRATTEN, C. F. *The competitiveness of small firms*. Cambridge: Cambridge University Pres. University of Cambridge. Department of Applied Economics, 1991.
- [17]RAMOS, F. (ed.). *A grande dimensão da pequena empresa: perspectivas de ação*. Brasília: CETEB - Centro de Ensino Tecnológico de Brasília. SEBRAE, 1995.
- [18]REIS, J. G. A (ed.). *Emprego na Indústria: evolução recente e uma agenda de mudanças*. Rio de Janeiro: CNI, Conselho de Política Industrial e Desenvolvimento Tecnológico. 1997. 33p.
- [19]SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Disponível: [http://www.sebrae.org.br/estudos e pesquisas](http://www.sebrae.org.br/estudos_e_pesquisas) [capturado em 20 maio 1998].
- [20]SENGENBERGER, W., LOVEMAN, G., PIORE, M. J. *The Reemergence of Small Enterprises: Industrial restructuring in industrialised countries*. Geneva: International Institute for Labor Studies, 1990.
- [21]SOARES, W. J. *Pequenas e Médias Empresas no Brasil: Política Econômica e participação Política*. Tese (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1982.
- [22]SOLOMON, S. *A grande importância da pequena empresa: A pequena empresa nos EUA, no Brasil e no mundo*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1986.

- [23] SOUZA, M. C. A. F. *Pequenas e Médias Empresas na Reestruturação Industrial*. Tese (Doutorado em Economia) – Unicamp, Campinas, 1993.
- [24] TEIXEIRA, F.J.S. (org.). *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: As novas determinações do mundo do trabalho*. Fortaleza : Cortez Editora : UECE - Universidade Estadual do Ceará, 1996.
- [25] VILELA, A. *As pequenas e médias empresas*. [Brasília]. BNDES, 1993.
- [26] WOMACK, J. et all. *A máquina que mudou o mundo*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.